

**DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS À PERSPETIVA
TEÓRICA DA POLÍTICA SOCIAL SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A
PRÁTICA INTERVENTIVA.**

Ângela de Branco Malveiro,

Doutoranda em Sociologia pela Universidade de Évora, Portugal

d40900@alunos.uevora.pt

RESUMO

O presente artigo resume o percurso das ciências sociais, desde o seu surgimento até à atualidade, onde se confronta com novos desafios sociais, nomeadamente, da violência doméstica. Em paralelo, aborda-se também o papel do trabalhador social e da sua mudança para interventor social.

PALAVRAS-CHAVE:

ciências sociais, política social, intervenção e violência doméstica

ABSTRACT

This article summarizes the social sciences' path from their emergence to the present, where they face new social challenges, namely, domestic violence. In parallel, the paper also addresses the role of the social worker and his / her change to the social intervener.

KEYWORDS:

social sciences, social policy, intervention and domestic violence

1. Ciências Sociais: dinâmica histórica e institucionalização

Historicamente as ciências naturais (a matemática, a física, a química e a biologia) foram as que primeiro se garantiram enquanto Ciências pois, desde logo, desenvolveram um objeto de estudo e produziram um método distinto com Newton (1643-1727) e Descartes (1596-1650), fundadores da época moderna. Daí que todas as outras formas de conhecimento foram desconsideradas pela

supremacia de apenas um tipo de conhecer e produzir certezas. As ditas humanidades ou artes e letras foram, evidentemente, resvaladas para segundo lugar e excluídas do que era tido como uma Ciência, isto é, a busca de uma verdade absoluta e intemporal. Não era de estranhar que, nos princípios do século XIX, os dois tipos de domínio estivessem separados com uma posição hierárquica do que era ciência e do que era não-ciência. De um lado estavam, então, as ciências naturais, de uma validade social e intelectual superior, do outro lado, as outras, designadas por artes e letras, humanidades ou mera cultura.

Posto isto, o Estado teve necessidade de reconhecer o outro tipo de conhecimento, onde pudesse edificar as suas tomadas de decisão. Nesse sentido, algumas Instituições, como as universidades, foram sendo revitalizadas, nomeadamente, a Faculdade de Filosofia. Em paralelo, também o foram as *grandes écoles*, por Napoleão Bonaparte. Contudo, a tensão entre ambas manteve-se e o fosso aumentou.

Entretanto, com especial incidência na França e Grã-Bretanha, pelas mudanças sociais e culturais que atravessavam, assistiam-se a pressões no sentido de ser permitido um espaço a uma outra ciência, organizadora desta nova ordem social. Então, no decurso do século XIX abrem-se, finalmente, portas a várias disciplinas de diversas origens epistemológicas, estudados em cinco espaços principais: Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália e Estados Unidos.

As ciências sociais são, por conseguinte, uma realidade do século XIX e são consideradas por muitos como fruto de uma tripla revolução: a Revolução Francesa (1789) de carácter político, a Revolução Industrial (1760 a 1840) de índole económica e a Revolução Científica, ou cultural.

Cada uma delas contribuiu com uma série de fatores para os avanços e mudanças do pensamento científico.

A primeira, que destabilizou a ordem política dando-lhe uma nova forma mais igualitária, advém da queda do antigo regime – monarquia absolutista - e provoca a denominada crise social. É o período da liberdade, igualdade e fraternidade onde nasce uma sociedade burguesa e capitalista, oposta à feudal e aristocrática.

A segunda, cujo berço foi o Reino Unido, trouxe não só novas técnicas de produção industrial como também um crescimento de uma nova classe social: o proletariado urbano, pelo êxodo rural, e reivindicativo. É nesta fase que, de acordo com Joaquim Croca Caeiro (2015) surge o conceito de

questão social, isto é, aliado à degradação das condições de vida reside um problema social de grande dimensão, transversal a todo o século XIX, e com foco no desemprego, na pobreza e na exploração infantil e das mulheres. Daqui vemos nascer o iluminista Adam Smith (1723-1790) cuja obra *Riqueza das Nações* é uma das fundadoras das ciências económicas.

A terceira, surge com base na expansão das ciências da natureza, por conseguinte, nas transformações radicais da física, química e biologia, bem como na adopção dos modelos positivistas, organicistas e evolucionistas. Na sua origem está o método experimental que se baseia na observação, levantamento de um problema, formulação de uma hipótese, experimentação, conclusao e generalização. Com esta revolução brotam, também, as Academias, no entanto, apenas os grupos privilegiados tinham acesso a elas uma vez que estávamos perante uma cultura de elite. A partir daqui, com estes avanços técnicos e científicos, foi possível conhecer um novo mundo de grandes viagens e descobertas.

É, também, entre o segundo e o terceiro quartéis do século XIX, de acordo com Firmino da Costa (2003) que surgem os primeiros contributores das Ciências Sociais: o francês Auguste Comte (1798-1857), o alemão Karl Marx (1818-1883) e o inglês Herbert Spencer (1820-1903).

Comte foi o fundador do Positivismo e o criador da física social “adstrita aos factos e não aos valores emitidos sobre a realidade social” (Cruz, 2004, p.viii) – futura sociologia – que tinha a intenção de estudar a humanidade, em sentido lato, procurou estudar, compreender, organizar e reformar a sociedade embuido num espírito científico e objetivo, com o intuito de estabelecer leis universais para o progresso do indivíduo.

Já Marx, parafraseando Braga da Cruz (2004, p.ix) foi o contraponto filofófico “negativo” da filosofia “positiva”. Este procurou, então, interpretar o movimento geral da sociedade pelo materialismo histórico. É, ainda, o principal idealizador do socialismo e do comunismo revolucionário.

Por fim Herbert Spencer que tentou aplicar o conceito de evolução não só às ciências naturais – biologia - como às sociais – *darwinismo* social.

Não nos podemos esquecer, ainda, de Durkheim (1858-1917) – apesar de advogar que a Sociologia é uma ciência independente das demais ciências sociais e da filosofia - o primeiro a estudar profundamente o suicídio e a relação do indivíduo com o seu meio social - e de Weber (1864-1920)

que baseou o seu estudo no conceito do sistema de poder e da ação humana.

Em relação à sua organização, só entre 1850 e 1945 são reconhecidas formalmente as disciplinas de história, sociologia, economia, ciência política e antropologia como ciências sociais, sendo esta a maior conquista do visível esforço de pensadores que eram até então eram segregados por um regime onde reinava um outro tipo de conhecimento que se dizia superior por ser exato e rigoroso. É também neste período que esta diversidade cultural e disciplinar é aceite pelas principais universidades.

Para além da abordagem que diferenciava as ciências pelo seu grau de menor determinismo, como as Literaturas e o Estudo das Práticas Artísticas, ou de maior grau rigor, como a Matemáticas e as ciências Naturais e Experimentais, estando ao centro o Estudo das realidades sociais, como a Economia, a Ciência Política ou a História e Antropologia, citando Hermano Carmo (2011, p.26) “a organização do conhecimento tem variado muito ao longo do tempo”. Certo é, segundo Cobra, Santos e Capela (2016), muito embora o que interesse às CS seja “construir instrumentos que nos proporcionem informação sobre a realidade humana e social, bem como as formas de a tornar inteligível “ (2016, p.53) elas diferem entre si pelos objetivos que regulam a investigação, a natureza dos problemas de investigação, os critérios selecionados pelos investigadores e os métodos e técnicas utilizados bem como os quadros teóricos de referência.

Inegável é ter sido a História a primeira disciplina das ciências sociais a conquistar o seu lugar e reconhecimento pelo rigor, com base num conhecimento textual e aprofundado, devidamente registado e arquivado, com validade e projeção no presente e futuro. Mais tarde, dadas as teorias económicas liberais, emancipa-se também a Economia, por exemplo e, já no fim do século, nasce então a Sociologia, enquanto disciplina. Já a Ciência Política levou ainda mais tempo a sair da alçada do Direito, somente em pleno século XX, e primeiro como legitimadora da Economia.

Elemento essencial neste processo de institucionalização das disciplinas – história, sociologia, economia, ciência política, psicologia, geografia ou antropologia - foi o esforço feito por cada uma delas no sentido de definir aquilo que a distinguiu das demais, e em particular, o que a diferenciava das que lhe pareciam estar, quanto ao conteúdo, mais próximas no estudo das realidades sociais (Comissão Gulbenkian, 1996, p.51)

Ou seja, é possível, então, afirmar, independentemente dos critérios e dos autores, que ao longo dos séculos XIX e XX verificou-se uma particularização e distinção das ciências no geral que, em consequência, originaram um conjunto do que se pode considerar as seis principais áreas das ciências sociais: História, Economia, Ciência Política, Sociologia, Antropologia e Estudos Orientais. E por volta de 1945, todas estas disciplinas englobadas nas ciências sociais, estavam completamente institucionalizadas em quase todas as universidades.

Falta-nos ainda explicar o que é deste modo o conceito de institucionalização. Podemos fazê-lo nas palavras de Berger e Luckman (1999) na sua obra *Construção Social da Realidade*:

Toda a atividade humana está sujeita a habituação (...)os processos de desabituação precedem qualquer institucionalização (...)A institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações tornadas hábitos (...)qualquer uma dessas tipificações é uma instituição (...)implicam, além disso, historicidade e controlo (...) e num terceiro momento (...) o mundo social é objetivado (...) ao mesmo tempo, o mundo institucional exige legitimação. (Berger e Luckman, 1999, p.59-89)

Contudo, a Institucionalização não é irreversível, no sentido que pode não persistir no tempo. Se as suas ações, o seu interesse, o seu âmbito de estudo, forem diminuindo e entrando em decadência, podem chegar a um momento de *desinstitucionalização*.

2. Política Social

A origem da Política social pode ser tida numa primeira abordagem como resultante da emergência do capitalismo, da luta de classes e da intervenção do estado, sendo que os aspetos político e económico são indissociáveis da sua base, no final do século XIX e generaliza-se principalmente depois de 1945.

Em termos de objeto de estudo, parafraseado Hermano Carmo (2011, p.159) numa definição sucinta e certa do que pretende a política social a nível macro esta visa “responder às necessidades do bem-estar social, através da defesa dos direitos humanos e da promoção do desenvolvimento,

operacionalizando-se em políticas setoriais (...) e as políticas sociais transversais”. Atrevo-me, então, a usar uma figura de estilo em que afirmo que a Política Social é o Robin dos Bosques das Ciências Sociais, que pretende transferir dos ricos para dar aos pobres.

Em Portugal, por exemplo, o conceito está intimamente ligado ao Estado Providência pois, ao contrário dos países europeus mais desenvolvidos, como a França, onde cedo foram surgindo instrumentos estatais de resolução aos problemas sociais, por cá sempre existiram dificuldades políticas e financeiras na persecução da ação para o bem-estar social, sendo um dos primeiros grandes marcos o ano de 1916 com a criação do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Porém, muitas vezes sem sucesso.

Associado também a uma das características da Política Social estão as parcerias, nomeadamente com o terceiro sector, na facilitação da garantia dos direitos universais previstos na Constituição. No entanto, para Cardim, Mota e Pereira (2011, p.522-523) "se a economia mista de *welfare* é um produto da relação Estado-Mercado-Comunidade, a forma como estes atores se relacionam é dependente da história e da política adotada por cada país (...) a distinção (...) revela-se profícua para a análise comparativa no estudo da política social, principalmente na análise da eficácia, eficiência e sustentabilidade de cada tipo num contexto de mudanças económicas globais”.

Já Croca Caeiro (2015), entre outros, prefere distinguir dois significados para o conceito, um primeiro como disciplina científica e um outro pelos seus objetivos sociais.

Facto é que, as políticas sociais têm evoluído de forma a tornarem-se universais nos diferentes domínios, seja de educação, saúde, segurança social, igualdade de género ou ambiente e cultura. Contudo, em ciclos económicos, por exemplo, como os atuais, de conjuntura económica difícil, os pressupostos vão-se alterando bem como a sua eficácia e requerem, por isso, novos debates, novos desafios e novas formas de intervenção. Daí que seja extremamente relevante não só o planeamento das Políticas Sociais como a sua avaliação nas diferentes etapas em prol dos melhores interesses sociais. Urge, assim, repensar o Estado de Bem-estar, nas palavras de Cardim *et al* (2011), de o submeter a um momento de reflexão e de formular novos caminhos de investigação em Política Social, como é o caso da violência doméstica, um fenómeno reconhecido recentemente e de extrema fragilidade social.

3. Política social: dois ramos, um fenómeno em estudo

Querer associar a Política Social à violência doméstica, dois dos principais ramos das Ciências Sociais pelos quais é orientado o nosso foco são o da Sociologia e o da Ciência Política.

A Ciência Política faz parte, naturalmente, das Ciências Sociais e emergiu no século XX com a revolução behaviorista nos Estados Unidos, mas conheceu, depois do próprio behaviorismo, mais dois paradigmas: da Escolha Racional e do Neoinstitucionalismo. Surge, então, nos anos 30 e tem o seu apogeu nos anos 50, nomeadamente com a criação da Associação Internacional de Ciência Política. Numa primeira fase, os estudos políticos baseavam-se no comportamento dos indivíduos e dos grupos, com laivos da sociologia, pela observação, verificação e quantificação das questões. Posteriormente, a política tentou ser examinada pela economia, seguindo um modelo explicativo e dedutivo mas que desprezava, ainda, as instituições políticas e sociais como relevantes. O terceiro paradigma, o atual, “tenta demonstrar a necessidade de combinar a agência (a capacidade dos indivíduos de transformar a alterar a estrutura) e a estrutura como forma de explicar os fenómenos e resultados sociais (aqui, naturalmente, incluem-se, além das dimensões estritamente sociais, a política e a economia)” (Nascimento, 2009, p.6). Dito isto, é-nos possível aceitar o ponto de vista de Hermano Carmo (2011, p.44) quando, na sua visão *politológica* de política social afirma que esta se fundamenta na Ciência Política, tem objetivos políticos, é um tipo de intervenção social e traduz-se em políticas públicas. Mais ainda, e de acordo com Croca Caeiro (2015), se Ciência Política também significa Estado e Poder, é natural que utilize a Política Social como uma ferramenta a que o Estado recorre para validar a sua ação que garante a satisfação das necessidades sociais dos governados.

A institucionalização da sociologia acontece no final do século XIX, princípios do século XX. “Filha das luzes, por um lado, produto tanto da revolução francesa como da revolução industrial” (Cruz, 2004, p.viii) é, em termos gerais, “um dos produtos das transformações sociais ocorridas nas sociedades ocidentais nos últimos séculos” (Costa, 2003, p.134) Por isso, o seu leque de temas e de perspectivas tiveram por base diversas correntes teóricas: positivistas e evolucionistas; marxistas; funcionalistas; formalistas; compreensivas; interacionistas; neofuncionalistas. Razão pela qual se depreende que a sociologia foi mudando ao longo da História, visto que o seu objeto de análise também foi sendo moldado e influenciado, bem como os seus instrumentos e realidades. Todavia, em

Portugal, tal como aconteceu com as demais Ciências Sociais, a análise sociológica da realidade social foi praticamente proibida até 1974.

Um dos denominadores comuns entre ambas é, não só a sua institucionalização tardia, como o tema das políticas públicas serem constantemente estudo de teóricos e investigadores das áreas da Sociologia e da Ciência Política. Embora, de acordo com Boaventura Sousa Santos, nas sociedades atuais o político esteja, aparentemente, sob o económico e o sociólogo e, supostamente, o desvalorize, é possível investigar questões onde ambos se imiscuem, tal como, o agendamento de políticas sociais.

Uma vez então que, o objeto de estudo da Política Social visa a forma como a sociedade se organiza e tem o intuito de satisfazer as necessidades dos indivíduos nas diferentes áreas e, ainda, que o conceito abrange não só a esfera política e a inscrição em agenda das suas preocupações, como compreende a perceção pública dos atores sobre os problemas sociais, subentende-se que as políticas sociais existam para dar resposta às situações de desigualdade social, existentes na esfera pública, e resultam de um conjunto de estruturas e de respostas que auxiliam no equilíbrio da balança no combate a essas desigualdades.

De fato, a temática da violência doméstica, apesar de, no Direito, ter um enquadramento teórico e legal há alguns anos, principalmente desde as alterações ao código penal introduzido pela lei n.7/2000 de 27 de Maio, na área da Política Social, sobretudo na perspectiva das políticas de género, é ainda fruto de parca investigação uma vez que, durante décadas, tratou-se de um assunto privado, só reconhecido nos anos 80 e quando paulatinamente o Estado passou a atuar com a criação de planos nacionais de combate à violência doméstica e de equipamentos sociais. Tal deveu-se mormente aos movimentos feministas que se fizeram sentir, às alterações à legislação e pela mudança daquilo que era considerado um comportamento violento, levando ao aumento de denúncias.

Se olharmos para a construção social e histórica do fenómeno percebe-se que, até há bem pouco tempo, existia uma legitimidade e uma tolerância cultural, política e religiosa dos crimes de agressão (física, psicológica, sexual) e, como tal, é fundamental definirem-se estratégias contra o número crescente de vítimas mas, também, mais investigação sobre a problemática, particularmente dos homens enquanto vítimas, que continua a ser controversa, até ao nível académico, uma vez que

conforme alguns autores afirmam “não obstante a recusa histórica e cultural em reconhecer que os homens podem ser agredidos na sua própria família ou em contexto das relações conjugais, e da negação do fenómeno por parte das autoras feministas, alguns investigadores sustentam que as mulheres usam de modo frequente de violência sobre os homens” (Straus, Gelles, Steinemetz (1988) e Archer (2000) *apud* Dias, 2010, p.246).

Posto isto, é inegável a relevância da temática da violência doméstica, principalmente na atualidade, no campo das várias CS, nomeadamente, da Política Social, até mesmo pela “análise do papel das instituições políticas no desenvolvimento social” (Cobra *et al*, 2016, p. 173) e no debate público sobre questões de interesse social, cultural e político de difícil abordagem.

4. Prática da Intervenção Social e Violência doméstica

O trabalho social e os profissionais do social sofreram mudanças e transformações ao longo dos tempos e consoante a conjuntura as próprias políticas públicas foram-se alterando, como tal a intervenção social tem ganho especificidades mais complexas uma vez que as próprias imposições da comunidade, das instituições e dos indivíduos se tornaram mais exigentes e mais participativos. Essa exigência passou também pela eficácia, capacidade de adaptação, capacitação, qualificação e heterogeneidade do interventor, dos processos e das instituições. Assim, intervir na violência doméstica é ser capaz de aceitar os novos desafios e os novos paradigmas, complexos, que as novas realidades no âmbito das relações familiares nos apresentam.

Neste sentido, defende-se que para intervir é necessário conhecer e compreender. Ao longo dos anos, em particular das duas últimas décadas, esta questão da violência doméstica, da violência conjugal, familiar e de género, bem como a sua definição e as políticas e estratégias de intervenção, entre outros aspetos que a circundam, sofreram graduais evoluções conceptuais. No entanto, alguns conceitos e mitos, tais como os homens serem os agressores e não as vítimas, dificultaram a intervenção social efetiva neste domínio. Como se sabe, com maior ou menor eficácia, as instituições de atendimento e apoio a vítimas de violência são uma das mais importantes conquistas das décadas de 70-80. Para os homens, em Portugal, determinados tipos de instituições de apoio, como as casas-abrigo, surgiram apenas em 2016 e como um projeto piloto/laboratório social.

Na teoria, então, as duas funções elementares de intervir socialmente consistem na criação de

conjunturas sociais para a prática dos diferentes direitos: políticos, sociais, económicos e culturais daqueles que beneficiam destas atividades e, mais ainda, em ajudar, através de mecanismos de solidariedade, os indivíduos a sair da situação de carência em que se encontram (Carmo, 2002, p.12). Ainda segundo Hermano Carmo, para a realização das citadas funções, a intervenção social operacionaliza-se em três dimensões:

1) dimensão assistencial, isto é, providência dos mínimos para a sobrevivência;

2) dimensão sócio – educativa, o denominado processo de ressocialização quer permite que os beneficiários identifiquem e criem os seus próprios recursos e os do ambiente para, deste modo, não só se desenvolverem como serem capazes de contribuir para o outro;

3) dimensão sociopolítica, através da ajuda na tomada de consciência – e defesa - dos seus direitos.

Intervenção social é, assim, a fuga à ideia tradicional das políticas assistencialistas e de proteção social. É, isso sim, uma atitude proativa, muitas vezes baseada em projetos e programas de curto e médio prazo, tendo em vista objetivos específicos e cuja responsabilidade é tomada por todos, não só numa lógica de inclusão e de justiça social, mas, também, de capacitação social, pessoal, cognitiva e de cidadania, muitas das vezes de formas inovadoras. Em Portugal, a intervenção social está ainda muito dependente das organizações de terceiro sector, através de apoios públicos e nem sempre pensados de forma sustentável.

Este modelo de agir socialmente tem, parafraseando Pedro Hespanha (2008), inúmeras vantagens:

“1) a proximidade dos problemas: existe um melhor conhecimento da realidade local, uma maior facilidade de participação dos interessados e uma maior legitimidade da intervenção; 2) a atuação integrada: adequada à natureza multidimensional dos problemas e fomentadora da cooperação interinstitucional; 3) a flexibilidade da ação: existe uma melhor adaptação à realidade local e às suas mudanças, um melhor ajustamento na cooperação dos atores locais e uma gestão não burocrática; 4) autonomia de ação: maior capacidade de decisão e de mobilização e utilização de recursos locais; 5) partilha de identidade: proporciona uma maior coesão em torno de objetivos locais consensualizados; 6) relações fortes e positivas de identificação entre

os parceiros; 7) capacidade de fazer circular a informação, de mobilizar capital social, de produzir ajudas, de ligar os agentes económicos, de controlar as políticas públicas; 8) duração limitada ao cumprimento de metas objetivas, permite reavaliação da situação para ajustar a ação às mudanças.” (Hespanha, 2008, p.5)

Mas, também, algumas desvantagens

“a) Eficácia – as iniciativas locais não conseguem por si resolver os problemas sociais (como a exclusão ou o desemprego) e devem ser acompanhadas por medidas de carácter nacional. b) Equidade – pode gerar-se uma distribuição desigual de proteção social pelos diferentes territórios, sendo os mesmos problemas cobertos desigualmente consoante o território em que ocorrem. c) Accountability – maior dificuldade em controlar a aplicação de recursos públicos. d) Localismo – possibilidade de “desvios” significativos na execução de políticas, entre os objetivos nacionais e a sua concretização local. e) Efeito de proximidade/familiaridade – nem sempre a proximidade corresponde a uma maior consciência das necessidades e das oportunidades locais por falta de distanciamento face ao que é familiar. f) Escala – certas funções devem ser asseguradas à escala regional e não local (por exemplo, certos tipos de equipamentos coletivos)” (Hespanha, 2008, p.7)

Posto isto, cabe-nos, nas nossas investigações e nas nossas intervenções, ter em mente que a nossa ação, na área social, visa a mudança e a melhoria da qualidade de vida sobre o que fazemos, o que estudamos e para quem o fazemos, a denominada por muitos “busca do bem” e, até, da melhoria da política pública, do seu ajustamento, da sua solidificação e do modo como os seus objetivos são cumpridos, mais ainda, quando o fazemos pelas minorias. É, como tal, uma posição vantajosa para intervir socialmente na questão da violência doméstica na conjugalidade de evidenciar um problema de um pequeno grupo particular com vista a uma resposta ou reconhecimento imediato.

Bibliografia

Berger, Peter L.; Luckman, Thomas (1999) *A construção social da realidade – um livro sobre sociologia do conhecimento*, colecção saber mais, Dinalivro

Caeiro, Joaquim Croca (2015) *Estado Social, Políticas Públicas e Política Social*, ISCSP, Universidade de Lisboa, junho 2015, Coleção Manuais Pedagógicos

Cardim, Maria Engrácia; Mota, Luís; Pereira, Luísa (2011). *Será tudo da crise, ou devemos repensar o estado social? A emergência de novos paradigmas*, Sociologia online, Revista da Associação Portuguesa de Sociologia, N° 2, abril 2011

Carmo, Hermano (2011) *Teoria da Política Social (um olhar da Ciência Política)*, ISCSP, Universidade de Lisboa, agosto 2011, Coleção Manuais Pedagógicos

CARMO, Hermano (2002) *Intervenção social com grupos*, Universidade Aberta, Lisboa

Cobra, Jorge F.; Santos, José M.F.; Capela, António M. (2016) *Sociologia: um olhar sociológico sobre o mundo*, Business Keys, Coleção Desafios da Globalização, Escolar Editora, Lisboa, Abril de 2016

Costa, António Firmino da (2003) *Sociologia*, 4ª Edição, Quimera Editores

Comissão Gulbenkian (1996) *Para Abrir as Ciências Sociais. Relatório da Comissão Gulbenkian sobre a reestruturação das Ciências Sociais*. Mem Martins, Publicações Europa-América

Cruz, António Braga da (2004) *Teorias Sociológicas, os fundadores e os clássicos (antologia de textos)*, I volume, 4ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Dias, Isabel (2010) *Violência doméstica e justiça*. Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, Vol. XX, 2010, pág. 245-262

HESPANHA, Pedro (2008) *Políticas Sociais: novas abordagens, novos desafios*, CES/FEUC, Portugal, Ciências Sociais

Nascimento, Emerson Oliveira de (2009) *Os novos institucionalismos na ciência política contemporânea e o problema da integração teórica*, Revista Brasileira de Ciência Política, nº 1. Brasília, janeiro-junho de 2009, pág. 95-121.

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO: de Branco Malveiro, Ângela (2019); *Da institucionalização das ciências sociais à perspectiva teórica da política social sobre a violência doméstica e a prática interventiva*; en <http://quadernsanimacio.net> ; nº 29; Enero de 2019; ISSN: 1698-4404